autuado por cintiacarrer em 17/09/2026 15:24:42.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 624/2026

Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei Federal nº 14.935, de 26 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

Matéria DSP 14331/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 17/09/2026 e juntado ao PL 624/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764462.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.

Lei Estadual nº 12.780, de 30 de novembro de 2007, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental.

Lei Estadual nº 16.684, de 19 de março de 2018, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO, e dá outras providências.

Lei Estadual nº 17.054, de 6 de maio de 2019, que dispõe sobre o registro de empresas, o cadastro de produtos e a fiscalização do uso, do consumo, do comércio, do armazenamento, do transporte, da prestação de serviço na aplicação e da destinação de embalagens dos agrotóxicos e afins de uso fitossanitário em área agrícola, altera a Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 10.453, de 23 de março de 1988, que referenda convênio celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo e o Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 11.604, de 12 de julho de 1994, que dispõe sobre o controle das condições sanitárias das águas utilizadas para irrigação de plantações de frutas e verduras, no território do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 11.622, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a implantação de hortas e pomares escolares na Rede de Ensino do Município.

Lei Municipal nº 13.459, de 2 de dezembro de 2002, que institui palestras de conscientização ambiental nas escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004, que cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana – PROAURP no Município de São Paulo e define suas diretrizes.

Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009, que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo.

Matéria DSP 14331/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 17/09/2026 e juntado ao PL 624/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764462.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 15.920, de 18 de dezembro de 2013, que estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, criado pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

Lei Municipal nº 16.140, de 17 de março de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.212, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE).

Lei Municipal nº 17.752, de 24 de janeiro de 2022, que institui o Fundo Municipal de Combate à Fome, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.975, de 8 de julho de 2023, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Lei Municipal nº 18.081, de 19 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a revisão parcial da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, visando à compatibilização de seu texto original com as alterações decorrentes da Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023 – Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 582/2016 — Dispõe sobre a criação do Programa Valorização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana – VAI na Horta e dá outras providências.

Matéria DSP 14331/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 17/09/2026 e juntado ao PL 624/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764462.

autuado por cintiacarrer em 17/09/2026 15:24:42.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 473/2022 — Institui o Programa Hortas Paulistanas no Município de São Paulo.

PL 130/2023 — Autoriza o Executivo a reservar áreas para implementação de sistemas produtivos de agricultura urbana ou periurbana no âmbito de programas habitacionais públicos realizados pela Secretaria Municipal da Habitação.

PL 848/2024 — Institui o Programa de Hortas Urbanas Comunitárias no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 117/2026 — Institui diretrizes para o Programa Mutirão Ambiental no Município de São Paulo e dá outras providências. A matéria abrange agricultura urbana, hortas comunitárias, áreas verdes, parques, praças, compostagem e participação comunitária.

PL 182/2026 — Altera a Lei nº 14.485/2007 para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia das Hortas Comunitárias, e dá outras providências.

PL 1.538/2025 — Institui o Programa “Telhado Vivo Paulistano”, que cria a Rede Municipal de Coberturas Verdes Comunitárias, e dá outras providências. Inclui hortas comunitárias entre os assuntos relacionados.

PL 1.468/2025 — Dispõe sobre a instalação de sistemas de biodigestores em equipamentos públicos e empreendimentos privados no Município de São Paulo e dá outras providências. Abrange, entre outros, hortas comunitárias, áreas verdes, parques e praças.

PL 471/2026 — Institui o Programa Municipal de Incentivo à Prática de Compostagem de Resíduos Orgânicos por meio de Equipamentos Públicos e à Educação Ambiental no Município de São Paulo, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

Matéria DSP 14331/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 17/09/2026 e juntado ao PL 624/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764462.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

São Paulo, 17 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Legislativa Supervisora
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 14331/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 17/09/2026 e juntado ao PL 624/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764462.